

SEMINÁRIO INTERNACIONAL – *SERVIÇOS SOCIAIS DE INTERESSE GERAL E COESÃO TERRITORIAL: EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS*

13 de novembro de 2017, CCDR Alentejo, Évora

Conclusões – Tarde

Painel II – Desafios na territorialização colaborativa nos serviços sociais de interesse geral - o modelo territorial e as questões demográficas

O Tratado de Lisboa atribui aos Serviços de Interesse Geral (SIG) um papel central na promoção da coesão económica, social e territorial no espaço europeu.

O seu papel é essencial para garantir maior qualidade de vida a todos os cidadãos e ultrapassar os problemas de exclusão social. Dado o seu peso na economia e a importância que assumem na produção de outros bens e serviços, a sua eficácia e qualidade constituem fatores essenciais para a competitividade e para a coesão, especialmente nas regiões mais desfavorecidas. Acresce, que os serviços sociais de interesse geral (SSIG) são indispensáveis para a cidadania europeia, consubstanciando alguns dos direitos dos cidadãos europeus e dos princípios estabelecidos no Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

Por esse facto, nesta matéria, tal como referido no Livro Branco sobre os Serviços de Interesse Geral (CE, 2004), a ambição política da União Europeia (UE) centra-se em assegurar a prestação deste tipo de serviços a todos os cidadãos e empresas.

Devido a esta relevância, tem sido conferida grande atenção aos atuais desafios dos SSIG ao nível europeu, procurando, desde logo, observar disparidades de provisão e compreender as inter-relações entre estas diferenças e outros fenómenos como as dinâmicas demográficas, as disparidades regionais ou a desigualdade de oportunidades.

Em qualquer circunstância, seja nas regiões mais populosas e com maior desenvolvimento urbano, onde os fluxos migratórios colocam grande pressão sobre a provisão, seja nas regiões de baixa densidade onde a perda populacional, a falta de massa crítica e as implicações daí decorrentes afetam a racionalidade da oferta, a necessidade de introduzir mudanças na gestão destes serviços

e na redução dos custos de financiamento são problemas transversais, agravados pela recente crise económica e financeira.

Os progressos verificados em Portugal, ao longo das últimas décadas, na provisão de serviços de educação ou de saúde, por exemplo, são assinaláveis. Mas se ao nível da universalização de respostas se verificaram progressos muito positivos, é necessário encontrar novas formas de resposta para as persistentes e novas necessidades específicas – de grupos e de territórios.

Esta nova etapa, suportada em abordagens mais integradas – ao nível horizontal e vertical – e holísticas, exige grande clareza nos papéis que os vários atores devem desempenhar, para que a descentralização e a conceção de sistemas de governança multinível e multiescala dos serviços sociais, permitam ganhos e de eficácia e de eficiência, ultrapassando as crónicas dificuldades de articulação ente atores.

Exige, também, uma liderança clara e reconhecida na implementação das políticas e, a montante dos ciclos de financiamento, diagnósticos atualizados que fundamentem opções, objetivos estratégicos claros e um planeamento territorial articulado com a organização setorial.

O papel do nível intermunicipal, enquanto base para reforçar as abordagens de base territorial na provisão de serviços sociais de interesse geral, pode ser decisivo nesta nova governança, que exige simultaneamente universalidade de acesso e diversidade de respostas, ajustadas a realidades específicas.

É, também, uma escala adequada para ajudar a suprir problemas na má distribuição de equipamentos, para melhorar a rede existente ou para desenvolver novas soluções, mais flexíveis e adaptativas, que respondam melhor à celeridade das mudanças e à crescente diversificação de problemas, melhorando os níveis de implementação das políticas setoriais.

É, no entanto, indispensável que a territorialização da provisão de serviços esteja devidamente articulada com os sistemas urbanos – nacional, regional e local – concorrendo para definição de redes que permitam simultaneamente consolidar a estruturação territorial e garantir igualdade de oportunidades no acesso aos bens e serviços públicos. Somente, a partir de uma territorialização coerente poderão ser definidos modelos de mobilidade e acessibilidade eficazes e eficientes que assegurem o princípio da igualdade de oportunidades.

Finalmente, o papel estruturador dos equipamentos e dos serviços sociais de interesse geral no funcionamento e na organização dos espaços e na definição dos fluxos, a múltiplas escalas, deve ser assumido pelo urbanismo e pelo ordenamento do território, mas também pelas políticas setoriais.

Évora, 13 de Novembro de 2017

O moderador do painel

Sérgio Barroso

CEDRU - Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, Lda.